ARTIGOS

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO NO ESTADO DE SÃO PAULO (1995/2001)[1]

THE SOCIAL MOVEMENTS IN THE CONTRYSIDE IN SÃO PAULO STATE (1995/2001)

*Marco Antonio Mitidiero Junior**

RESUMO: O trabalho pretende compreender o surgimento de inúmeros movimentos sociais no campo paulista a partir da segunda metade da década de 90, na medida que adjacente à espacialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por quase todo o território nacional, começa a surgir uma grande quantidade de outros movimentos de sem terra organizados separadamente ao MST, principalmente no Estado de São Paulo.

Palavras-chave: movimentos sociais no campo, luta pela terra, espacialização.

ABSTRACT: This work intends to make understandable the emergence of the numberless social movements in paulista countryside after the second half of ninctics, insofar as adjacent of the "spacialization" of the Landless Rural Workers Movements

---

[1] Este artigo é parte revisada da minha dissertação de mestrado intitulada "O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e as Contradições da Luta pela Terra no Brasil" (ver bibliografia).

* Doutor em Geo humana pela da Universidade de São Paulo e professor da Universidade Federal do Paraná.

quantity of the others landless movements organized separately of the MST, mainly in São Paulo state.

Key-Words: social movements in the countryside, dispute for land, spacialization.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é o de analisar o recente surgimento e organização de inúmeros movimentos sociais no campo, diante da perspectiva histórica de não realização da Reforma Agrária pelo governo Fernando Henrique Cardoso e da luta pela terra como pressuposto de realização desta reforma levantada pelos movimentos sociais organizados, sobretudo pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sendo este, o movimento social de maior repercussão nacional, devido a sua real espacialização e seu processo de territorialização pelo país.

Por isso, diante destas perspectivas, intitulamos os movimentos que trataremos a seguir como "novos", o que em nada tem de análogo com os chamados novos movimentos sociais surgidos no final da ditadura militar brasileira. Este é o caso do Movimento de Libertação dos Sem Terras (MLST), do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Mast), do Movimento Sem Terra de Rosana e de inúmeros outros novos movimentos que tendem ou não a se espacializar no território paulista.

A grande quantidade e o pequeno espaço de tempo do surgimento e formação destes movimentos representa o estopim contínuo destes novos movimentos sociais e o ambiente de conflito do campo brasileiro e, especificamente no campo paulista. No Estado de São Paulo, até o final do primeiro semestre de 1998, existiam 13 movimentos surgidos entre os anos de 1995 a 1998, atuando ou não, separadamente. Havia também o envolvimento de outras instituições na luta pela terra, como a CPT (Comissão Pastoral da Terra) formada pela igreja católica, os sindicatos dos trabalhadores rurais e as centrais dos trabalhadores.

O ambiente do conflito pela terra no Estado de São Paulo até 1998 caracterizou-se pelo surgimento contínuo de movimentos sociais no campo devido aos chamados "rachas" no movimento. Racha é a palavra

denominada para expressar uma disputa de divergências, geralmente entre lideranças, dentro de um mesmo movimento (conflito interno), que por fim acaba gerando uma cisão entre as famílias envolvidas, ocorrendo na formação de um novo movimento, ou na anexação destas famílias dissidentes a um outro movimento já formado ou, ainda, na formação de um acampamento independente, isto é, que não tem sua organização ligada a um movimento ou organização de luta pela terra. Geralmente as famílias que cindem, tomam esta decisão ao acompanhar uma liderança no seu discurso no momento do conflito interno. Estes movimentos sociais localizavam-se principalmente no Pontal do Paranapanema, região onde o conflito pela terra é muito intenso. Além do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), vejamos os outros movimentos que atuavam neste Estado[2].

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO NO ESTADO DE SÃO PAULO

O Movimento Sem Terra de Rosana (MSTR): surgiu em 1995 no município de Rosana - SP, distrito de Primavera. Formou-se a partir de um grupo compostos por trabalhadores rurais e desempregados da CESP (Companhia Elétrica do Estado de São Paulo) que estavam acampados a cerca de dois anos e meio numa área da CESP. É um movimento que surgiu após um racha com o MST, ou seja, num primeiro momento este grupo estava unido ao MST sendo que após as divergências, separaram-se. Após o racha, o MSTR ligou-se ao sindicalismo rural (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosana) como forma de apoio na formação do novo movimento, com atuação restrita no Pontal do Paranapanema. Em 1999 este movimento desaparece unificando-se ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST).

[2] A maioria das informações que serão expostas a seguir, foram retiradas do relatório sobre os conflitos fundiários no Estado de São Paulo do ano de 1998, 1999, 2000 e 2001 produzido pelo setor de mediação de conflitos, da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e dos trabalhos de campo que realizei durante a pesquisa de mestrado.

O Movimento Esperança Viva (MEV): surgiu em 1996 devido a dissidências ocorridas dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em relação a não aceitação de assentamentos provisórios[3] por parte deste movimento, levando um grupo de pessoas a se desligarem do MST, formando outro movimento (o MEV). A maioria de seus integrantes já são assentados na região do Pontal do Paranapanema, onde o movimento atuava. Em 1999 o MEV desaparece ligando-se ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST).

O Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra (BUQT): surgiu em 1996 devido a um racha na Força Sindical que atua no campo na região do Pontal do Paranapanema, no município de Presidente Epitácio-SP. Representavam a principal oposição à CUT (Central Única dos Trabalhadores) dentre os movimentos sociais que atuam no campo. Enilsom Simões de Moura (o Alemão), sindicalista antigo no cenário nacional, foi quem direcionou as famílias para a formação do BUQT. Em 1998, Enilsom Simões de Moura, agora presidente da Social Democracia Sindical (SDS), deixou o BUQT para formar o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST). Após esse racha, o BUQT continua enquanto movimento social que atua localmente na região do Pontal do Paranapanema.

O Movimento Terra Brasil (MTB): surgiu em 1997 devido a um racha ocorrido dentro do Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra (BUQT). Formou-se no município de Presidente Venceslau - SP onde fundou sua sede, na região do Pontal do Paranapanema, unindo-se ao MAST em 1998. No final de 1999 reaparece a sigla do MTB como movimento social autônomo, na medida em que um grupo de famílias racharam com o MAST, resgatando o recém extinto MTB.

O Movimento Unidos pela Paz (MUP): surgiu em 1997, no município de Tarabaí - SP, devido a divergências com o MST. Em 1999

[3] Assentamentos Provisórios são assentamentos nos quais a desapropriação da área ainda não foi feita pelo governo, ou seja, onde a área esta em processo de desapropriação, embora as famílias podem estar instaladas no local e iniciar a produção agropecuária.

este movimento desfaz a sua sigla ligando-se ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST).

O Movimento da Paz (MP): surgiu em 1997, um pouco antes da formação do Movimento Paz Sem Terra (MPST), no município de Regente Feijó - SP; formando-se a partir de dissidências com o MST, pois se negavam a ocupar terras. Um conflito interno ao MP, no qual Celso Cereja e Clarício Oliveira disputavam a liderança do movimento, causou a saída de Celso Cereja, que após este fato formou o MPST. Clarício Oliveira era o líder do Movimento da Paz, com atuação restrita na região do Pontal do Paranapanema. Em 1999, este movimento ligou-se ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST).

O Movimento Paz Sem Terra (MPST): surgiu em 1997, no município de Taciba-SP, na região do Pontal do Paranapanema, devido a divergências (racha entre lideranças) no MST e de dissidências do Movimento da Paz (MP). Neste período, o principal coordenador do movimento, Celso Cereja, que é ex-militante do MST e, posteriormente do MP, foi quem aglutinou as famílias para a formação desse novo movimento. A forma de atuação e organização deste movimento representa as suas divergências com o MST, que levou à formação do MPST, pois segundo seus líderes: "não usamos armas, não invadimos terra, não pedimos dinheiro e somos contra o vandalismo e a destruição", ou seja, este movimento não usa a tática de ocupações de terras, acreditando na simples negociação de gabinete com instituições do governo para a realização de seus objetivos, diferente do MST, que tem na ocupação de áreas a sua principal forma de atuação. A tática do Movimento Paz Sem Terra é de que seus militantes fiquem acampados em beira de estradas, até a negociação junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Segundo seus líderes, o MPST não cobra tacha de seus militantes e não os obriga a permanecerem em acampamentos. Mas em 1999, este movimento também se aliou ao MAST, abandonando a sua sigla.

O Movimento Terra e Pão (MTP): surgiu em 1997, no município de Santo Anastácio, região do Pontal do Paranapanema, também devido

a divergências internas no MST. Era formado por um pequeno grupo que se posicionou contra a prática de ocupações realizadas pelo MST. Em primeiro de dezembro de 1997 ocorreu o primeiro acampamento, de beira de estrada, realizado pelo MTP, nas proximidades de Santo Anastácio - SP. Este movimento acredita na simples negociação com o governo como caminho para a solução de seus problemas (a conquista da terra). Em 1999 este movimento desfaz a sua sigla ligando-se ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST).

O Movimento Terra e Cidadania (MTC): surgiu em 1997 devido a divergências gerais com o MST. Atuava na região do Pontal do Paranapanema, no município de Tarabaí. Em 1999, este movimento ligou-se ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST).

O Movimento Sem Terra do Pontal (MSTP): surgiu em 1998, no município de Teodoro Sampaio - SP, devido à briga entre lideranças do MST. Atuavam somente neste município. Em 1999, este movimento desaparece unindo-se ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST).

O Movimento Terra da Esperança (MTE): surgiu em 1998 no município de Presidente Bernardes - SP, região do pontal do Paranapanema, devido a divergências internas do Movimento Unidos pela Paz (MUP). Mas neste mesmo ano, este movimento desfaz a sua sigla ao se aglutinar no MAST.

O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST): surgiu em 1997 em oito Estados da Federação (MA, PE, MG, BA, SE, RN, SP e PB). No estado de São Paulo estava organizado no Vale do Paraíba e em Brejo Alegre - SP, na região de Araçatuba - SP. É o único movimento, dentre todos os outros novos movimentos, que aspira um caráter nacional. O MLST tem se posicionado como oposição ao governo federal e ao Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra (MAST).

O Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST): foi fundado no dia 17 de março de 1998 na região do Pontal do Paranapanema. A gênese e formação do MAST divide-se em dois pontos: o primeiro é a história apropriada pelo MAST e o segundo é a história por ele realizada.

A história apropriada por este movimento tem por base a apropriação, a tomada para si e a inclusão da história de um movimento social, local, de luta pela terra no município de Rosana, no Pontal do Paranapanema, ou seja, é o processo de gênese e formação do Movimento Sem Terra de Rosana (MSTR) que é apropriada pelo MAST como sua própria história.

A história do Movimento Sem Terra de Rosana (MSTR) remonta a 1979 quando a Companhia Elétrica de São Paulo desapropriou e indenizou pequenos agricultores que possuíam terras no entorno do município de Rosana, desde a década de 50.

As desapropriações ocorreram devido à construção de uma Usina Hidroelétrica que inundaria as pequenas propriedades destes agricultores. Após as desapropriações grande parte das famílias indenizadas passaram a trabalhar na edificação da barragem e a morar em casas pré-moldadas oferecidas pela CESP. Mas desde o início da década de 80, algumas famílias desapropriadas já lutavam para conseguir terras a fim de retornarem às suas atividades como agricultores.[4] Conseguiu-se então a desapropriação de uma pequena área próxima ao município de Rosana em 15 de novembro de 1982 cedida pelo governo (Franco Montoro) e pela CESP. Devido ao pequeno tamanho dos lotes e à total falta de infra-estrutura, antes prometida pelo governo, a Gleba Quinze, como foi chamado o assentamento, não satisfez as necessidades dos assentados que voltaram a lutar por mais terras e por infra-estruturas. Aliado a este fato as famílias que continuaram trabalhando na construção da hidroelétrica vão perdendo seus empregos e ficando sem moradia na medida em que a hidroelétrica foi sendo concluída.

Estas famílias desempregadas e desamparadas pelo Governo estadual uniram-se junto ao MST para realizar a sua primeira ocupação, em uma área pertencente à FEPASA. Apenas uma pequena parte das famílias conseguiu ser contemplada com um lote de terra, a maior parte continuou na luta pela terra, agora separados do MST devido a divergências nas

[4] Este é um indício de que as indenizações pagas pelo Estado não foram compatíveis com as perdas dos pequenos agricultores.

formas de ação. Este fato levou estas famílias a formar o Movimento Sem Terra de Rosana (MSTR) ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosana realizando a sua primeira e única ocupação em julho de 1995. Formou o acampamento 21 de Julho, localizado nas terras do "cinturão verde" pertencentes à CESP[5].

Portanto, este relato mostrado faz parte da história de vida de um grupo de famílias desalojadas por obra do Estado que se embrenharam na luta pela terra formando, depois de um considerável tempo após a desapropriação de suas áreas, um movimento social local: o MSTR. Então, a apropriação destes fatos como processo de formação do MAST, como faz seus líderes, só pode ser caracterizada como um "roubo de história". Isto ficará melhor entendido com a constatação da história realizada pelo MAST, ou seja, a verdadeira história deste movimento.

Em 19 de março de 1997, Cícero Simplício, vice presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosana foi chamado pela Social Democracia Sindical (SDS)[6] para pleitear a formação de um movimento social no campo, em Rosana. Assim começa a história de formação do MAST: uma central sindical urbana articula-se com um sindicalista que atua no campo para a formação de um movimento. É importante, novamente, centrar a análise no papel desenvolvido por pessoas (líderes/ articuladores) na gênese deste movimento. Enilsom Simões de Moura (o Alemão), presidente da SDS, é o primeiro articulador e Cícero Simplício, vice presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosana, é o segundo articulador que vai dar impulso à formação do MAST.

O MSTR foi o primeiro alvo do articulador Cíciro Simplício para materializar a existência do MAST, ou seja, na medida em que o Movimento Sem Terra de Rosana já era articulado ao STR de Rosana, o papel de Simplício foi o de fazer a ponte entre as propostas da SDS e a

---

[5] Informações retiradas de entrevistas realizadas por alunos de Jornalismo da Universidade Metodista de São Paulo no ano de 1998.

[6] A SDS é uma central sindical recente, com apenas 4 anos de existência no cenário político/sindical brasileiro. Apresenta-se como uma oposição à CUT.

situação dos acampados (Acampamento 21 de Julho) formadores do MSTR. Assim o MSTR extingui-se e o MAST nasceu. O mais interessante é que não houve uma gestação ou um processo de desenvolvimento do MAST internamente ao MSTR. Na verdade, o MAST surgiu "de uma hora para outra", de dentro do MSTR.

A palavra "ponte" para caracterizar o papel destes articuladores, para o nascimento do MAST, parece não ser melhor a ser usada, pois, segundo técnicos do ITESP, havia um verdadeiro aliciamento de pessoas e de pequenos movimentos pelos articuladores/líderes do MAST. Segundo esses técnicos, na maioria das vezes, esse aliciamento é realizado pela existência de cestas básicas doadas pela Social Democracia Sindical, que atraem, principalmente, acampados a se filiarem ao MAST. Lima (2000), que tem como tema de pesquisa de iniciação científica este movimento, afirma que o MAST tem reunido quase todos os movimentos de luta pela terra, dissidentes ou não do MST, no Estado de São Paulo, oferecendo aparato político e promessa de realização da reforma agrária, sem conflito nenhum, pelo Governo Federal. Certamente é devido a este fato que podemos interpretar o rápido crescimento deste movimento no Estado de São Paulo. Em junho de 1998 dos 57 acampamentos de luta pela terra existentes neste estado apenas 3 eram organizados pelo MAST. Após um ano de organização (junho de 1999) o MAST já representava 17 acampamentos, dos 63 existentes naquele ano em São Paulo.

Após a formação do MAST a partir do aliciamento do MSTR, a aglutinação de outros movimentos sociais foi uma prática freqüente que deu enormes resultados para o desenvolvimento do MAST. Afinal, quase todos aqueles novos movimentos que surgiram na região do Pontal do Paranapanema, devido a dissidências do MST, conforme já descrevi, juntaram-se ao MAST a partir do segundo semestre de 1998. São eles: Movimento Esperança Viva, Movimento da Paz, Movimento Terra Brasil, Movimento Unidos pela Paz, Movimento da Paz Sem Terra, Movimento Sem Terra do Pontal, Movimento Terra da Esperança, parte das famílias do Brasileiros Unidos Querendo Terra e mais alguns acampamentos independentes.

Sintetizando, o MAST caracteriza-se por uma forma de organização diferente dos demais movimentos sociais. Possui um Estatuto Social com artigos em forma de lei dirigidas por um Conselho Deliberativo e possui um presidente. Seu principal discurso direcionava-se contra a existência do MST e contra as suas formas de ação, tais como a da ocupação de terras. Não possui o chamado discurso de esquerda, defendia abertamente a atuação do governo FHC[7]. Suas propostas para o desenvolvimento do campo brasileiro englobam questões gerais do desenvolvimento agrícola, não abordando pontos centrais nas lutas dos movimentos sociais, tais como, a destruição do latifúndio improdutivo e a violência no campo[8].

A espacialização deste movimento (MAST) mostra as contradições de parte da história recente das lutas sociais no campo. Os sucessivos rachas e fragmentações nos movimentos sociais representam um complexo contexto no qual o conflito interno está sempre presente. Não estou aqui querendo penalizar os movimentos sociais por terem opiniões diversas, diferentes concepções e posições ou por não chegarem a um consenso, estou sim querendo frisar que estes conflitos internos causam, muito facilmente, rupturas e disjunções para a formação de novos movimentos, causando, por conseguinte, um inevitável enfraquecimento no poder de contestação e de união das classes subalternas em luta por seus direitos.

Os rachas ocorrem no momento em que uma decisão importante tem de ser tomada pelas lideranças ou pelo grupo todo, isto é, os rachas acontecem por divergências entre lideranças (indivíduos) ou entre grupos formados dentro de um mesmo movimento em um momento decisório para ações imediatas. Esta cisão pode ser também resultado de um processo

---

[7] O atual presidente da Social Democracia Sindical e primeiro presidente do MAST, logo após a sua fundação, Enilson Simões de Moura, foi um importante cabo eleitoral das campanhas a presidência da republica de Fernando Henrique Cardoso pelo PSDB.

[8] Setores da esquerda brasileira e lideranças/militantes de outros movimentos sociais consideram o MAST como uma estratégia política do governo federal para desmobilizar e fragmentar o movimento de luta pela terra e, principalmente, o MST. Seria o governo montando o seu próprio movimento social que agiria segundo as suas normas.

anterior de conflitos internos. Geralmente quando o racha ocorre entre lideranças do movimento, o líder que sai ou é expulso do movimento pode: abandonar a militância; passar a fazer parte de um outro movimento social ou arrastar consigo uma parte das famílias do acampamento formando um novo movimento social ou um novo acampamento independente.

Quando o racha é entre grupos inteiros, significa que o conflito interno instaurado não se dava apenas entre indivíduos importantes – lideranças e militantes singulares dentro do acampamento/movimento – mas sim entre grupos coesos com posições políticas consensuais entre eles, entrando em oposição com outro grupo em momentos decisivos. No racha o grupo que sai do acampamento pode: formar um novo acampamento independente ou conseqüentemente à formação de um acampamento formar um novo movimento social ou ainda se anexar a um acampamento/movimento já existente.

Estes conflitos internos que resultam em rachas configuram-se resumidamente em três formas. Na primeira, os conflitos se dão de forma explícita e permanente nas relações cotidianas dentro do acampamento/movimento. Na segunda os conflitos são permanentes, mas não explícitos, apenas em um tempo próximo ao racha é que as divergências se explicitam. E por último, o conflito se dá no tempo do racha, isto é, no momento em que decisões devem ser tomadas quando as oposições são geradas levando a rupturas.

Os conflitos podem ser gerados nas micro-relações que se dão no cotidiano da luta, desde a antipatia pessoal entre indivíduos até entre grupos religiosos, grupos de famílias e grupos de vizinhança, isto é, grupos que se formam por relações representativas de afinidade, assumindo uma posição política comum[9]. Miranda (1998) aponta que os conflitos também

[9] Segundo Marques (2000, p. 71): "Diferenças ideológicas mais gerais referentes à ética e fé religiosa bem como divergências políticas se confundem com disputas pessoais e briga pelo poder". Apesar desta reflexão ser referente a um assentamento, acreditamos que no acampamento estas diferenças também tomam corpo, personalizando as diferenças.

se dão em níveis mais amplos na gama de relações travadas, ou seja, envolvendo agentes externos, como por exemplo, o MST[10]. Neste momento, o acampamento como um todo pode entrar em oposição política com o movimento no qual está vinculado ou entrar em oposição a uma instituição de apoio à luta, como por exemplo, os sindicatos, a Igreja e as ONG´s, causando disjunções.

Em um caso estudado por mim desde abril de 1998, a fragmentação de um acampamento/movimento explicita o ambiente contraditório das disjunções da luta pela terra. Trata-se do acampamento Brejo Alegre[11]. Este acampamento estava localizado próximo ao município de Brejo Alegre, região de Araçatuba, noroeste do Estado de São Paulo. No entanto, esse acampamento sofreu uma "mitose", ou seja, dividiu-se formando dois acampamentos distintos, sem nenhuma relação entre eles, localizados numa distância de aproximadamente um quilômetro um do outro, formando o acampamento Brejo Alegre ligado ao Movimento de Libertação dos Sem Terras (MLST) e o acampamento Brejo Alegre, parte ligada ao Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra (MAST) e parte independente.

Em primeiro lugar, é necessário focalizar a história de formação do acampamento original antes da divisão. Para entender a formação do acampamento original e conseqüentemente a sua divisão, devemos acompanhar bem a participação dos formadores/articuladores da ocupação, que são: Barroso (coordenador nacional do MLST), Antonio da Silva (ligado ao sindicato rural de Penápolis e ex-militante do MST e do MLST) e Zé Matheus (ex-militante do MST, ex-coordenador estadual do MLST e coordenador estadual do MAST).

---

[10] Neste caso a autora considera o próprio movimento social envolvido como agente externo. Esta é uma posição interessante para interpretarmos os "rachas", mas não para compreendermos a essência dos movimentos, já que se o movimento é externo a sua base ele deixa de ser movimento social e passa, talvez, a caracterizar-se como partido político.

[11] Os trechos das entrevistas que serão expostas nesta parte do texto estão presentes no Trabalho de Graduação Individual (1999) produzido por nós para a obtenção do título de bacharel em Geografia.

A formação do acampamento original deu-se através da aglutinação de famílias da região:

> "... o movimento (MLST) começou fazendo reunião antes e trabalho de base em Penápolis, Ubarana, Promissão, Coroados e Oroeste. Quem organizou foi o Barroso e o Zé Matheus, mas quem tava fazendo articulação mesmo era o Zé Matheus[12] e o Antonio da Silva, que marcava as reunião pra juntar as famílias que queriam acampar, as reuniões eram em várias cidades. Aí juntou 144 famílias no início e nós acampamos na fazenda dos Abdala, no dia 2 de setembro de 1998" (Pedro, Acampamento/MLST, 06/09/1999)[13]

Ainda sobre a formação do acampamento original:

> "O nome é acampamento Brejo Alegre por causa da cidade que é aqui do lado. Foi o seu Antonio da Silva e mais um companheiro dele que fizeram o acampamento. Já faz um ano que nois tá aqui. Teve reintegração de posse quando a gente acampou pela primeira vez, aí a gente ficou três semanas na beira da estrada, até que o prefeito de Brejo Alegre nos ajudou e viemos para essa área de reserva do INCRA".[14] (Dona Lourdes, Acampamento/MAST/Independente)

Como pode-se ver, a aglutinação das famílias para a formação do acampamento partiu do trabalho de base organizado pelo MLST nesta região. A divisão ou o racha do acampamento ocorreu quando:

> "... houve as divergências com o Zé Matheus e Antonio da Silva, chegou a um ponto que não dava mais para trabalhar junto, aí separamos. Hoje nós fechamos com o movimento (MLST) e aí ganhamos um apoio importante de várias pessoas importantes, faz três meses que nós estamos aqui" (Odair, Acampamento/MLST)
>
> "O movimento (MLST) sempre estava junto com a gente, o Barroso tava na direção nacional e o Zé Matheus na direção estadual, aí deu

[12] Na época Zé Matheus ocupava o cargo de coordenador estadual do MLST.

[13] Todas as entrevistas postas aqui, foram realizadas com acampados no dia 06/09/1999)

[14] Na verdade, essa área, é uma pequena reserva ambiental do Ibama/EMA que fica no entorno do município de Brejo Alegre.

problema e o Zé Matheus e os outros lá queriam tirar o Barroso, aí o Barroso veio falar com a gente porque sabia que a gente está mais fechado com o movimento, e aí a gente veio trabalhar junto com o movimento (MLST), nóis já conhecia o movimento, tinha confiança no movimento, por isso tamo junto até hoje; nóis ficamos lá com os outros até rachar, uns 7 meses, aqui nóis estamo faz 3 meses" (Pedro, Acampamento/MLST)

***

"Quando a gente entrou no início tinha 144 famílias, mas agora a gente tá em 75 famílias aqui e tem uma dissidência nossa que separou o acampamento, eles estão aí perto. Lá eles ficaram com o MLST, nós abandonamos eles porque eles não deram assistência pra nóis, então eles ficaram com um pouco de famílias e foram prá lá com 28 famílias. Aqui a gente tá sem partido nenhum, só o Prefeito de Brejo Alegre que é do PSDB, da situação, que tá ajudando. No começo foi o próprio prefeito que fez a liminar para tirar a gente, mas depois a gente fez um acordo com ele e ele começou a ajudar, porque na verdade no lugar que a gente tava, na propriedade do fazendeiro era muito perigoso e a gente não ia conseguir nada." (Dona Lourdes, Acampamento/MAST/Independente)

"... o MLST prometeu um monte de coisa pra gente e não cumpriu, quando o pepino esquentava aqui era sempre a gente que tinha que se virar e resolver, nunca recebemos cesta básica nem do INCRA nem do MLST. Um dia apareceu um tal de chefe deles: Bruno Maranhão, uma tal de Vânia, 6 meses depois que a gente já tava aqui, prometendo um monte de coisa, falando que ia marcar uma audiência com o Julgman em 24 horas pa, pa e pa, e aí não entramos na dele e dividimos o acampamento." (Luís, Acampamento/MAST/Independente)

Mas, a divisão do acampamento vai além das divergências causadas por promessas não cumpridas, mas sim por fatores políticos, ideológicos e de ação entre os líderes e entre os acampados:

"O Zé Matheus é um assentado em Promissão que sempre teve ligação com acampamentos; só que ele é uma pessoa de direita, ele não tem nada a ver com a reforma agrária, pra mim ele está explorando os acampados, tanto ele como o Antonio da Silva. É que eles se ajuntaram com os arrendatários da região e com o prefeito de Brejo

Alegre, então esse é o sistema deles, o trabalho deles é dessa maneira (...) nós não temos mais contato com eles, com eles nóis estamos neutro, o pessoal que está aqui conhece o movimento (MLST), por isso estamos com ele, o pessoal do outro acampamento acha que é o Zé Matheus que tá certo e ficaram com ele lá, eu acho que eles vão dá com os burros n'água..." (Pedro, Acampamento/MLST)

"... ele, o Zé Matheus é igual jogador de futebol, cada dia tá num time. Agora ele é coordenador do MAST que é um movimento de direita que veio justamente para frear a luta. É igual o que faz com os sindicatos, investe nos sindicatos, formando aqueles sindicatos pelegos que não servem pra nada, que só aparenta lutar pelo povo, mas que na prática faz ao contrário, igualzinho a SDS que é a Social Democracia Sindical que forma o MAST." (Barroso, coordenador do MLST)

"... eles lá no outro acampamento nem pode ouvir em falar em ocupação, em manifestação, de PT, de bandeira vermelha, tudo isso pra eles é violência e ignorância, eles acham que tudo é na base da negociação, que é assim que é a reforma agrária. Foi o Zé Matheus e o MAST que infiaram isso na cabeça deles..." (Odair, Acampamento/MLST)

No outro lado:

"O papel dele (Zé Matheus) é de mexer com nossa papelada lá em São Paulo, pra falar com o INCRA é ele que vai. Antigamente ele era do MLST, agora ela tá com a gente e com o MAST." (Luís, Acampamento/MAST/Independente)

"... o MST e o MLST é tudo na mesma linha, eu só acho que nossa linha é outra, nós não gostamos de bagunça; a linha deles é mais fazer manifestações, protestos, é mais na força, e nós somos na base da negociação e da conversação. Essa é a divergência. Nosso sistema é a negociação até cansar, depois começa tudo outra vez, é assim que tem que ser. A gente não pode colocar em risco a nossa família, não adianta nada, tem que ser com base na negociação, de outra maneira não tem jeito. A gente quer terra, o negócio do MST e do MLST e de outros aí é de fazer política, é pura politicagem. O negócio deles é usar o povo que fica debaixo da lona. Esse acampamento é independente, é um modelo para que sirva de lição para todos, não é com roubalheira e com violência que a gente vai conseguir nosso objetivo. O que falta é um pouco mais de boa vontade do INCRA.

> Nós somos da paz, pode ver a bandeira ali é tudo branca. Mas a gente não tá falando mal dos outros movimentos, é que cada um tem a sua ideologia..." (Lourdes, Acampamento/MAST/Independente)

Portanto, foram as divergências ideológicas que causaram a separação do acampamento/movimento na prática:

> "O FHC na minha opinião tem que sair de lá, porque de Fernando em Fernando a gente só vem perdendo. O FHC já deixou claro que não quer saber de pobres e muitos menos da reforma agrária, ce qué que eu falo mais o que? Esse Banco da Terra, esse Novo Mundo Rural que ele tá querendo implantar agora, não tem nada a ver com a reforma agrária, é pura enganação. Eles nunca colocam a verdade, o pessoal que está desinformado acredita neste Banco da Terra. O Raul Julgman também é a mesma coisa, ele só inventa os pacotes e não acontece nada. Agora vem esse Banco da Terra com dinheiro dos Estados Unidos que vai favorecer os ricos..." (Odair, Acampamento/MLST)
>
> ***
>
> "... quem é que sabe, promessas tem muita né? Se ele (FHC) fizer o que ele fala tá bom, eu espero que ele assente o número de famílias que ele prometeu para esse ano, mas a gente sabe que a coisa não depende só dele, mas ele já assentou muita gente. Falta um poquinho mais de boa vontade; por que ele não municipaliza a reforma agrária como ele disse, seria melhor pra todos, nóis aqui já estaria assentado, pois o prefeito aqui que ajuda a gente. Aqui nunca nóis fizemos nada de errado, não queimamos trator, não matamos nenhum gado, nunca roubamos nada, esse acampamento aqui é diferenciado dos outros, já falaram até na Voz do Brasil que esse acampamento aqui era um dos únicos mesmo que não tinha baderna e nada. Esse é um acampamento modelo, é um exemplo para os outros, só faltava um pouco mais de rapidez do INCRA. O que agente sabe desse Banco da Terra é que não existe no Estado de São Paulo, que existe só lá no Rio Grande do Sul, agente só escuta cunversa, mas não sabemos de nada sobre isso, a gente não pode falar bem ou mal do que a gente nunca viu..." (Luís, Acampamento/MAST/Independente)

É importante notar aqui, que o sentido da ocupação, o sentido do acampamento e a materialização do espaço de luta e resistência inexistia e

tornava-se abstrato depois da divisão do acampamento, pois o acampamento do MLST localizava-se dentro de um lote de um assentado no Assentamento São José I, ou seja, o assentado simpatizante do MLST cedeu parte de seu lote para que as 28 famílias se instalassem lá, até resolverem a sua situação, perdendo, assim, a dimensão de protesto e da aparição pública que caracteriza a luta pela terra em um acampamento. Já o acampamento ligado ao MAST ou Independente, não importa agora se estava ligado a movimento social ou não[15], encontrava-se acampado em uma reserva florestal, mas não como forma de pressão aos órgãos governamentais e sim a partir de iniciativas do Prefeito de Brejo Alegre, da polícia florestal do Estado e do fazendeiro, apenas esperando a liberação da verba pelo INCRA para a desapropriação da fazenda.

As diferenças ideológicas e de ações agravam-se na medida em que focaliza-se a organização interna de cada acampamento:

> "Aqui o nosso acampamento é comunitário, a cozinha também, então quando tem uns serviços aqui na região, 30% do que a gente ganha vai pro acampamento, então é comunitário né (...) as mulheres revezam, cada dia um grupo faz o café, o almoço e a janta." (Pedro, Acampamento/MLST)

> "As Assembléias quem organiza é a gente mesmo, as vezes o Barroso tá aqui pra organizar, o Bruno e a Vânia vem também, antes a gente junta a comissão do acampamento e tira os pontos que vai falar na assembléia. O Barroso é da direção nacional e nós somos da comissão do acampamento. Na assembléia todo mundo fala né, a gente fala em cima dos pontos pra discutir, todo mundo fala, é aberto pra todos falar e votar (...) a gente faz trabalhos de base aqui e nas cidades vizinhas : em Birigüi, Buritama, Ubarana, General Salgado, Oroeste, Fernandópolis, Estrela do Oeste. A gente marca as reuniões nos sindicatos ou nas casas de algumas pessoas interessadas. Lá a gente fala do nosso acampamento, da luta, fala a respeito da reforma agrária; aqui tem tanta gente que não tem conhecimento, aí a gente passa o que a gente sabe pra eles; fala também do Banco da Terra, que tem muita gente desenformada, até os sindicatos a gente vê que não tem

[15] Na verdade, neste acampamento as lideranças faziam parte do MAST e um número considerável de famílias se diziam independentes a qualquer organização social.

> muita informação sobre isso. Eu acho que todo mundo tem que saber que a reforma agrária depende de dois pontos : uma é a luta pela terra e o outro é a luta para sobreviver em cima da terra (...) Quando a gente for assentado a produção vai ser comunitária, vamos fazer uma Empresa Agrícola Comunitária, assim a gente vai ter força pra progredir..." (Odair, Acampamento/MLST)
>
> ***
>
> "... não, aqui tudo é separado, só na hora de resolver um pepino que a gente se reúne, faz uma assembléia; tem a reunião dos coordenadores que é separado, depois os coordenadores leva os problemas pras pessoas, daí, quando tem alguma coisa importante a gente passa na assembléia pra todo mundo." (Lourdes/Acampamento/MAST/Independente)
>
> "Aqui vai ser tudo individual, cada um cuida do seu, assim é melhor né. Mas a gente quer produzir um poquinho de tudo pra não viver só do feijão com arroz igual a todo mundo. Se você tem uma plantação diversificada, se uma coisa não tiver dando certo, você tem outra coisa plantada pra segurar as pontas..." (Luís, Acampamento/MAST/ Independente)

No segundo semestre de 2000, as famílias do acampamento ligado ao MLST começaram a abandonar a área retornando para suas cidades de origem. A desesperança frente a possibilidade de serem assentados na região e a falta de respostas por parte das lideranças do movimento fez com que no final de 2000, o acampamento se desfizesse. Outro agravante para o fim deste acampamento foi o fato do afastamento do Padre Arnaldo (da cidade de Birigui) como apoiador do movimento/acampamento[16].

No acampamento ligado ao MAST e parte independente, as duas principais lideranças não estão mais presentes na luta. Antonio da Silva deixou de ser organizador de lutas sociais retornando ao Pontal do Paranapanema onde tem um lote oriundo dos projetos de assentamento. Zé Matheus, por sua vez, foi expulso do acampamento por não trazer

[16] Em conversas informais que tive com militantes independentes – organizadores da luta pela terra na cidade de Birigui (em julho de 2001) – estes relataram que não houve um motivo especial ou supostas divergências com o movimento para a saída de Padre Arnaldo como importante apoiador daquele acampamento. Relataram que o padre passou a organizar discussões (trabalho de base) na periferia da cidade.

soluções para as famílias acampadas. Com a saída destas duas lideranças o acampamento passou a ser independente não estabelecendo mais nenhum vínculo com o MAST. Até o início de 2001, apenas 8 famílias, das antigas 74 que viviam no acampamento, ainda permanecem na área da reserva ambiental a espera de um possível assentamento[17].

As informações apresentadas sobre o campo paulista mostra uma constante permutação das famílias e das lideranças envolvidas na luta pela terra entre os movimentos sociais no campo, bem como mostram uma contínua gênese e desaparecimento dos novos movimentos sociais. Há também a constante formação de acampamentos/organizações independentes, sinalizando uma complexa realidade na organização da luta pela terra no campo paulista que se estende por quase todo o Brasil.

Entre os casos apresentados, alguns são mais representativos da complexidade que a organização da luta pela terra vem adquirindo. A formação do Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra (MAST) a partir da anexação de vários movimentos sociais nascidos de dissidências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) representava nas suas formas de atuação como inimigo/opositor do próprio MST. Por isso assumiam a posição de não se pronunciar contra as principais injustiças do campo (latifúndio improdutivo e violência contra trabalhadores rurais), apresentando sinalizações para a redução dos sentidos da luta pela terra e pela cidadania.

Vejamos mais atentamente a complexidade destes rachas.

O Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra (BUQT) formado em 1996 divide-se em três. Primeiro uma liderança junto a uma parte das famílias racham com o BUQT em 1997, formando o Movimento Terra Brasil (MTB). Depois, ainda em 1997, algumas lideranças do BUQT rompem com o movimento para a formação do MAST. Por fim, parte das famílias que permaneceram no acampamento original continuam

[17] Segundo técnicos do ITESP nesta região existiam alguns acampamentos de organização independente, que, embora autônomos na sua organização e nas suas reivindicações das áreas preteridas, juntavam-se em momentos de protestos na cidade de Birigui.

levantando a bandeira do BUQT. Em 1998, lideranças e famílias/militantes do MTB aderem ao convite do MAST para se anexarem a este movimento, extinguindo a sigla do MTB. No final do ano de 1999 algumas famílias do extinto MTB racham com o MAST, resgatando a antiga sigla, ou seja, renascem com o ex-movimento.

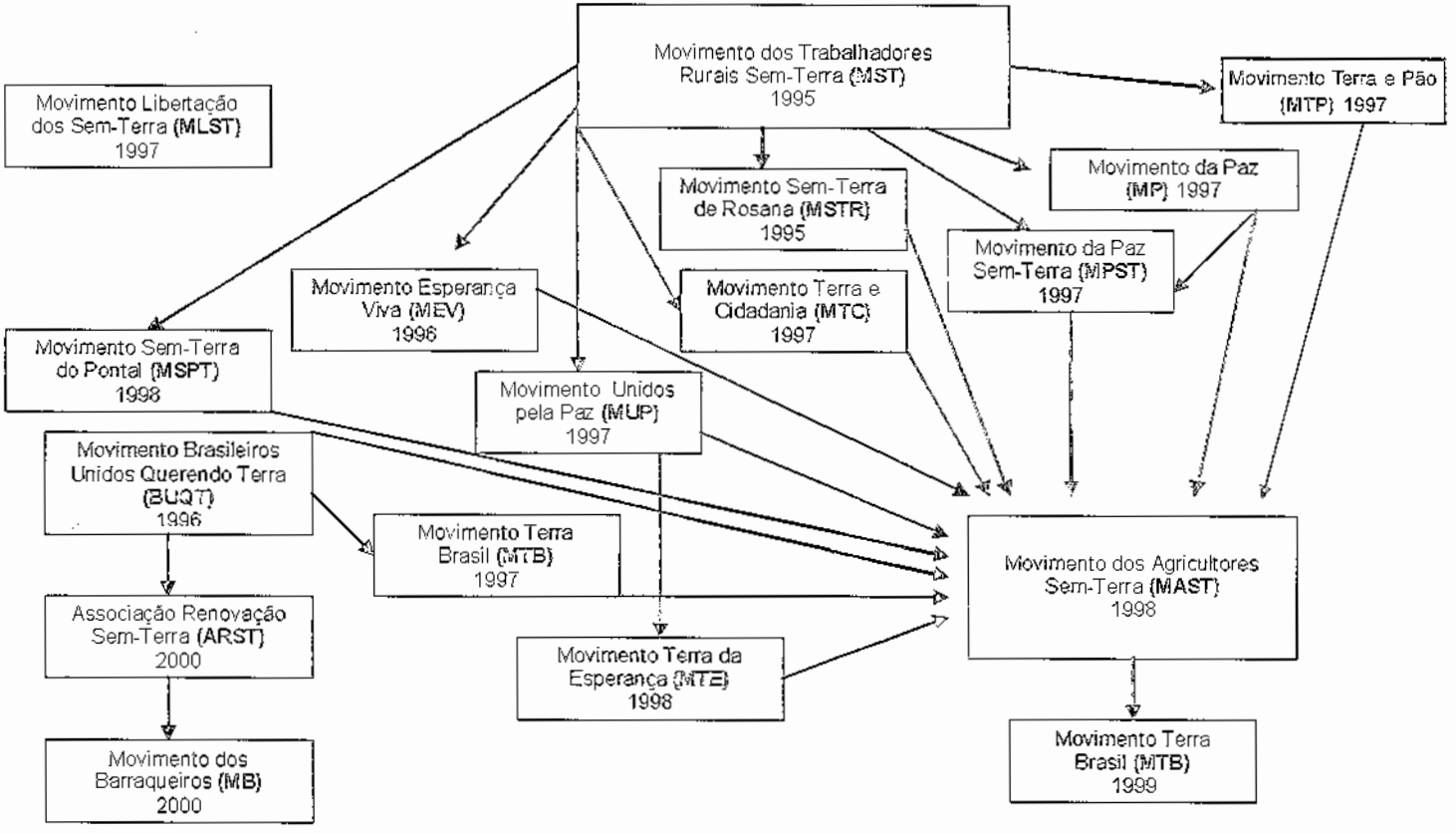
O Movimento da Paz (MP) nascido num racha com o MST em 1997 divide-se no mesmo ano de sua formação devido a divergências internas. Do racha no MP surge o Movimento Paz Sem Terra (MPST). No ano de 1999 estes dois movimentos aderem às propostas do MAST, extinguindo as suas siglas para então juntos fazerem parte deste movimento. Portando, do MST surge o MP que dá origem ao MPST e estes dois últimos contribuem para a formação do MAST. O mesmo ocorreu com o Movimento Unidos pela Paz (MUP) que surgiu após um racha com o MST. Após a formação deste movimento um novo racha, agora internamente ao MUP, dá origem ao Movimento Terra da Esperança (MTE). Hoje, estes dois novos movimentos extinguiram suas siglas compondo o MAST.

No ano de 2001 técnicos da mediação de conflitos fundiários do Instituto de Terras do Estado de São Paulo relataram-me que de um novo racha ocorrido no movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra (BUQT), causado por divergências entre lideranças, surgiu um novo movimento: a Associação Renovação Sem Terra (ARST). Após a formação deste movimento, novamente devido a divergências entre lideranças, outro racha acontece, formando como dissidência do ARST o: Movimento dos Barraqueiros (MB)[18]. Vejamos o organograma que organizei com base nos dados coletados junto ao ITESP[19].

---

[18] Segundo os técnicos do ITESP nem o Associação Renovação Sem Terra (ARST) e nem o Movimento dos Barraqueiros (MB) organizam acampamentos atualmente. Informaram também que estes dois movimentos não estão ligados ao MAST. Durante o processo de pesquisa constatei que geralmente existem algumas famílias ou lideranças que estão ligados a um ou a outro movimento social, ou seja, não é todo acampamento ou assentamento que está envolvido com o movimento, mas que usualmente estas pessoas envolvidas com o movimento falam por todo acampamento ou assentamento.

[19] Neste organograma não aparecem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasil (MTRSTB), as instituições Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Sindicato


Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) 1995
Movimento Libertação dos Sem-Terra (MLST) 1997
Movimento Terra e Pão (MTP) 1997
Movimento da Paz (MP) 1997
Movimento Sem-Terra de Rosana (MSTR) 1995
Movimento da Paz Sem-Terra (MPST) 1997
Movimento Esperança Viva (MEV) 1996
Movimento Terra e Cidadania (MTC) 1997
Movimento Sem-Terra do Pontal (MSPT) 1998
Movimento Unidos pela Paz (MUP) 1997
Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra (BUQT) 1996
Movimento Terra Brasil (MTB) 1997
Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MAST) 1998
Associação Renovação Sem-Terra (ARST) 2000
Movimento Terra da Esperança (MTE) 1998
Movimento dos Barraqueiros (MB) 2000
Movimento Terra Brasil (MTB) 1999

Como pode-se ver a espacialização da luta pelo território, ganha um novo componente com o estopim de novos movimentos sociais no campo. As sucessivas fragmentações da luta pela terra indicam que no território dirigido pelo Estado existem vários pontos distintos de luta, organizados a partir de determinadas conjunturas, aparentemente com especificidades próprias. Junto a outros movimentos já existentes no Brasil (MST, a luta das nações indígenas, a luta dos posseiros, dos peões, dos camponeses subordinados e pequenos produtores rurais, dos desapropriados das grandes obras do Estado, dos brasiguaios, dos trabalhadores assalariados, dos bóias-frias etc.) a espacialização da luta pela terra está efetivada nacionalmente.

ALGUNS PONTOS PARA A ANÁLISE: ESTADO, MEDIAÇÃO, REPRESENTAÇÃO

> "No seio dos movimentos sociais no campo brasileiro várias são as frentes de organização e luta contra a exploração, subordinação e expropriação. Estas várias frentes dão a impressão de uma pulverização destes movimentos. Embora as vezes fragmentado, o movimento social no campo caminha dando mostras de que cada dia está mais articulado." (Oliveira, 1988)

> "A diversidade dos movimentos sociais agindo ao mesmo tempo..." (Grzybowski, 1987)

Nas citações destes dois autores, a "pulverização" e "diversidade" dos movimentos sociais no campo (movimento sem terra, de posseiros, de bóias-frias etc.), embora diferentes, agem "articulados" e ao "mesmo tempo" na luta pela terra e por cidadania. Já o estopim de novos movimentos sociais, dentro do movimento dos sem terras, inaugura novas formas de abordagem a respeito da diversidade de movimentos.

Sindicato Rural de Colômbia, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Federação dos Empregados Assalariados Rurais do Estado de São Paulo (Feraesp) e as organizações Federação da Agricultura Familiar (FAF) e a Associação dos Remanescentes de Quilombos de Caçandoca (ARQC) que organizam acampamentos no estado de São Paulo durante o primeiro semestre de 2001 por não termos informações sobre estes.

Existe uma dialética rede de relações sociais definidoras para a formação destes movimentos, na qual a interpretação aponta para a constatação da existência e, ao mesmo tempo, para a inexistência de especificidades próprias a estes. Como são movimentos surgidos de rachas com o MST ou movimentos como o MAST, definido por oposição ao MST, logicamente qualidades novas deveriam estar presentes na formação destes movimentos.

A especificidade mais clara está na dimensão destes movimentos, a maioria dos movimentos são quase que municipais, organizados numa pequena parte do território, como por exemplo, em uma cidade apenas ou em uma região dentro de um Estado. Por outro lado, não há nada de novo gerado internamente no decorrer das práticas destes movimentos. Não há novas estratégias de ação, não há novas propostas para soluções dos problemas do campo brasileiro. Enfim não há nada de diferente frente ao multidimensionamento das relações e dos fatos sociais criados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no seu processo de construção, embora a maioria destes novos movimentos surgiram com um discurso oposto às ações do MST[20].

Fernandes (1999; 2000) interpreta estas formações como a produção de **movimentos isolados** que se organizam em uma base territorial determinada. Segundo o autor:

> "Os movimentos isolados são de difícil registro por causa da rapidez das ações da luta e da efemeridade inerente a esse tipo de organização social". (2000, p. 70)

Ainda seguindo as reflexões desse autor, os movimentos isolados são caracterizados como organizações com objetivos determinados, ou seja, não se envolvem em outras dimensões da luta social, visando apenas a conquista dos lotes para o assentamento das famílias, extinguindo-se ou não se espacializando após a conquista da terra. Assim, seriam movimentos

[20] Talvez seja o Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra (MAST) o movimento que tem especificidades estanques frente a outros movimentos, devido ao seu discurso intitulado de "direitista e neoliberal".

que não teriam a construção de um outro território como devir, ou seja, objetivos mais amplos na construção de uma nova forma de produção e de vida comunitária, constituindo-se em **movimentos sóciocspaciais** e **não movimentos sócioterritoriais.**

Na minha concepção estes novos movimentos podem ser caracterizados como isolados, mas fazem parte da luta nacional de famílias sem terra para também mudarem **parte do território capitalista brasileiro**, por isso podem ser caracterizados como movimentos sócio-territoriais. Não importa,por exemplo, se estes movimentos têm outros motivos diferentes do MST. Ou se suas lideranças proporcionam o que se poderia chamar de uma contra-luta social, barrando o desenvolvimento da organização social de contestação e reivindicação. Importa, sim, que as famílias que engrossam a luta querem conquistar seus lotes, progredirem na sua vida social, contribuindo para a transformação de parte do território nacional. Assim a continuação da análise das causas, dos problemas e das contradições destas disjunções da organização de luta, é fundamental e para isso torna-se necessário a discussão sobre o papel dos mediadores e das lideranças no movimento de luta pela reforma agrária, pela cidadania e pela justiça social no campo.

O uso da expressão "mediadores" nos traz alguns complicadores para a interpretação do tema proposto. Segundo a interpretação de Justo (2000, p. 150) a respeito das Ligas Camponesas e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ícones da luta pela terra no Brasil, classifica-os como **"representantes"** dos camponeses – pois estes tomam partido a favor dos camponeses – quer dizer estas instâncias são partidárias ao máximo, mais do que um aliado. Quando estas são classificadas como **"mediadoras" perde-se a dimensão do quanto as Ligas e a CPT são partidárias e de que o Estado também é mediador.**

Certamente, se denominarmos todas as instâncias envolvidas na luta pela terra como "mediadoras", ou melhor, se equipararmos o papel do movimento social organizado com a atuação do Estado utilizando a expressão da mediação, estaremos camuflando a distinção que fundamenta uma organização popular de luta e reivindicação que é sua face não institucional e o seu caráter de opositor ao Estado garantidor das injustiças sociais.

Também, se intitularmos o Estado apenas como mediador no contexto de luta pela reforma agrária e de crise da estrutura fundiária estar-se-á abstraindo, de uma só vez, a responsabilidade histórica dos governos na construção da miséria e da violência contra o trabalhador rural no campo brasileiro.

Há alguns poucos **momentos** que o Estado faz o papel de mediador ao arbitrar o conflito da população sem terra com a grande propriedade privada, ou seja, com o latifundiário. Mas, quase sempre, há irregularidades nesta mediação como, por exemplo: as desapropriações com supervalorização do preço da terra, o descaso com milhares de famílias vivendo em condições subumanas nos acampamentos, a imposição dos órgãos governamentais de políticas para assentamento que vão contra os anseios das famílias assentadas, a remoção de famílias acampadas de áreas passíveis de desapropriação – áreas improdutivas, propriedades inadimplentes, fazendas com trabalho escravo/infantil – para outras áreas distantes da pretcrida, etc. Outra situação muito corriqueira atualmente, está na ocupação pelos movimentos sociais de áreas do Estado, isto quer dizer que as famílias sem terra estão na posição de confronto direto com o Estado. Assim, o governo é o inimigo e não o mediador.

Por outro lado, o problema mais importante a ser discutido está na denominação dos próprios movimentos sociais, organizações e instituições de luta como mediadores. Quando considera-se as práticas destes como ações mediadoras está-se abstraindo a autonomia das mobilizações, a organização das manifestações coletivas e, por conseguinte a capacidade de organização dos pobres do campo e a relevância do saber popular.

Segundo Fernandes (1999, p. 180):

> "... não usamos a expressão mediadores, tão utilizada pelos sociólogos, porque compreende o sentido da intervenção como árbitro na resolução das questões, enquanto de fato, são os trabalhadores que desenvolvem as ações e negociações determinantes para a resolução dos conflitos. A participação das instituições é fundamental mas não está além da organização dos sem terra."

A respeito das organizações e instituições envolvidas que apóiam efetivamente os movimentos sociais, as compreendo não como simples

mediadores, mas sim como **representantes** da organização de luta ou, também, como compreende Torres (1997, p. 188), são **agentes externos** ocupando condições de ativismo ou de assessoramento e estão ligados a diferentes instituições: são técnicos/militantes envolvidos em políticas públicas, membros da Igreja, participantes de partidos políticos, assessores de organizações não-governamentais, etc. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os Sindicatos Rurais (STR) encaixam-se bem nesta definição, apesar de organizarem ocupações de terra. É a estruturação e a face inteiramente institucional que diferencia estas instituições dos movimentos sociais.

O problema da representação destes agentes externos estaria no distanciamento entre os envolvidos, ou seja, "como o representante é o partidário mais extremo, que toma para si a luta do outro, pode então colocar seus ideais como sendo os daquele que pretende representar. Não haveria portanto para os 'representantes' qualquer distância entre eles e os camponeses". (Justo, 2000, p. 156)

A respeito dos movimentos sociais no campo, como já coloquei antes, há um grande problema em considerá-los mediadores da luta pela terra. Se considerarmos o próprio movimento social como agente externo às populações que os gera, este deixa de ser uma organização popular formada pelos sujeitos na qual as representações reais dos problemas essenciais de suas vidas estão no seu cotidiano de luta, tendendo, por exemplo, para a formação de um partido político constituído por líderes que se colocam como representantes da população, ou seja, militantes/base de um lado, lideranças/cúpula de outro.

Um movimento social só pode constituir-se enquanto tal, se a grande maioria ou todos os participantes fizerem parte do movimento. Esse fazer parte do movimento significa que cada indivíduo participa ativamente do movimento, tem o direito/poder de expressar as suas opiniões definindo a essência do movimento.

Atualmente com a intensa espacialização da luta pela reforma agrária por todo o Brasil ocorre, o que talvez possa-se denominar de uma certa "**profissionalização da luta pela terra**" e certamente ocorre uma constante "**profissionalização das lideranças**" no processo de luta. O MST,

organizado em 21 Estados da federação, exige na sua estrutura organizativa característica que vai além do espontaneísmo da junção popular, exige disciplina, formação de lideranças, hierarquia e estratégias de ação para continuarem existindo enquanto tal. Até os movimentos isolados carregam consigo estas exigências, podendo ou não se constituir dessa forma.

Um importante problema a ser analisado estaria na constatação de que a profissionalização dos movimentos pode acarretar um distanciamento estanque entre as lideranças/cúpula e os militantes/base, destruindo a principal característica de um movimento social que estaria na organização do povo pelo próprio povo e nas decisões tomadas por todos os indivíduos constituintes. A existência de uma hierarquia interna aos movimentos sociais não significa que os indivíduos ocupantes de cargos devam dirigir o movimento a partir de suas próprias convicções, esquecendo dos outros indivíduos formadores do movimento. A liderança caberia o cargo de representante das decisões tomadas por todo o grupo. Assim os movimentos estariam livres de pré-decisões anteriormente estabelecidas por uma cúpula, muitas vezes distantes dos anseios dos militantes do movimento (externalização do movimento)[21].

Por outro lado, não se deve esquecer que geralmente a liderança exerce este cargo por ser o indivíduo responsável pela aglutinação da população miserável e pela formação do movimento social. É ela possuidora das informações e é ela quem primeiro se revolta frente às injustiças nas quais são vítimas. É ela quem abre os espaços de aprendizagem e discussão política, é ela quem possui a palavra e quem introduz novas falas e novas formas de pensar as populações injustiçadas. É ela quem estimula a população para adquirir novos saberes levando os indivíduos a se revoltarem diante das injustiças impostas a eles e, por fim, é a liderança quem a população revoltada segue[22].

---

[21] É o que muitos pesquisadores vem constatando em suas pesquisas: Simonetti (1999); Miranda (1998); Marques (2000); Resende (1996); Grade (2000); Moreira (2000); Justo (2000).

[22] Citado por Ribeiro (1991, p. 110), Pedro Jacob (1989) "refere-se, diretamente, à relevância do saber detido pelos mediadores *(lideranças)* – saber técnico e crítico –

É a democracia interna do movimento que não deve ser esquecida. Quando a liderança não leva em conta a posição tomada pela maioria das pessoas envolvidas, tende a se tornar autoritário. É este o problema que vem sendo constatado por muitos pesquisadores na organização e espacialização dos movimentos sociais no campo.

> "Nos últimos anos é possível verificar uma certa "profissionalização" das lideranças do MST com relação aos acampamentos. Ou seja, nos primeiros acampamentos as informações e práticas era decididas coletivamente, em assembléias. Atualmente os representantes de grupos participam das decisões e comunicam a seus representados, o que vem alterando a qualidade da participação dos Sem Terra nos acampamentos". (Simonetti, 1999, p. 69)

Miranda (1998, p. 88), em seu estudo sobre o processo de assentamento de famílias sem terra, afirma que a liderança tende a querer lhe trazer grandes dividendos políticos para consolidar a sua liderança interna e fortalecê-lo ante aos seus opositores dentro da comunidade. Isto é, a liderança sempre estará buscando prestígio pessoal nas conquistas do grupo. Marques (2000), num estudo semelhante, afirmou que muito freqüentemente estes agentes defendem posições, direcionam a luta e falam por eles próprios, embora em nome de seu público[23].

Martins (2000) denomina como "agentes de mediação" as lideranças dos movimentos sociais e as pessoas ligadas a instituições que participam ativamente no movimento de luta. Para o autor o problema da atuação

---

na constituição de elos ativos entre as demandas sociais e as pressões exercidas na esfera política". Segundo Fernandes (2000, P. 64) "participar de uma ocupação não é uma decisão tão simples, afinal, mais do que experiência, significa transformar a própria vida. Por essa razão, muitas vezes, para algumas famílias, existe a indecisão e o medo. Para superar o medo é preciso confiança nas pessoas que compõe e coordenam o Movimento. Assim, uma liderança tem a responsabilidade de, ao defender a ocupação, apresentar idéias e referências que permitam a superação das dúvidas (...) Desse modo os coordenadores tornam-se importantes referências para os trabalhadores indecisos".

[23] A autora define a função dos líderes e agentes como mediadores. E a mediação como ato de traduzir, e ou introduzir falas e linguagens, o que pressupõe diferenças culturais e assimetria econômica e política entre as partes em contato.

destes indivíduos estaria na sua forma de agir, tendendo para limitadas técnicas interpretativas de tipo fundamentalista, privando os grupos de tomarem conhecimento da sua própria identidade, de se tornarem sujeitos da história. Sobre os "grupos de mediação" (MST e CPT) Martins afirma que esses grupos:

> "... exacerba desproporcionalmente a importância da mediação ideológica em detrimento da própria utopia camponesa, de fundo conservador e radical, de que resulta a mística potencialmente renovadora e transformadora da luta pela terra". (2000, p. 19/20)

Com a profissionalização das lideranças dos movimentos de luta pela terra talvez possamos fazer uma analogia com os sindicatos no que condiz à caracterização das lideranças. Coletti (1998), na sua pesquisa sobre os sindicatos rurais, afirmou que, muitas vezes, os sindicatos em geral servem como instrumento de ascensão social daqueles trabalhadores alçados à condição de dirigentes sindicais. A liderança sem terra, num processo de profissionalização da sua função, por estar a muitos anos fazendo parte da luta pela terra vivendo diversas experiências e por terem passado por um processo de aprendizagem neste cotidiano de reivindicação, revolta e conflito torna-se a principal pessoa no encaminhamento da luta. Neste contexto, o líder necessariamente terá determinada ascensão social diante da comunidade representada. É ele quem possui e reconhece todas as informações específicas do caso em questão (por exemplo, de determinado acampamento no desenvolvimento da luta) e as informações gerais (políticas agrária e estratégias do governo, posição política dos envolvidos na questão, etc) da atualidade da luta por reforma agrária. É a liderança, a pessoa indicada e capaz de negociar com o governo e proprietários rurais as propostas dos sem terra. É ela quem vai à televisão ou a qualquer outro órgão de imprensa relatar a situação tornando-se conhecida na região onde atua ou até nacionalmente dependendo dos casos nos quais esta envolvida. E, por último, é a liderança quem as pessoas seguem ou, por outro lado, é na figura dela que militantes divergentes, proprietários rurais e técnicos do governo se opõe. A liderança torna-se inimiga destes últimos sujeitos sociais.

Uma ressalva deve ser feita quando se compara os movimentos aos sindicatos, pois a liderança sem terra em nada se parece com a liderança

sindical imersa na burocracia de suas funções e no "peleguismo"[24]. A liderança sem terra permanece enquanto tal apenas se estiver na direção e na realização de lutas práticas (ocupações, acampamentos, marchas caminhadas, etc.) livre das burocracias e da inércia característica do sindicalismo em geral. Isto não quer dizer que inexistam líderes sem terra tendentes a cumprir funções mais convenientes para o governo.

Retornando às reflexões sobre as disjunções e rachas constantes internamente nos movimentos sociais no campo, pode-se afirmar que a figura da liderança às vezes, representa a principal causa para o acontecimento destes fatos, e conseqüentemente, para a formação de inúmeros novos movimentos sociais. Existe uma ativa "**personalização das divergências**", ou seja, quando os profissionais da luta pela terra entram em oposição com outras lideranças que atuam juntos ou com um grupo de famílias, ou ainda, com os princípios e estratégias do movimento, este, geralmente, saem ou são expulsos do movimento anexando-se a outro ou formando um novo movimento social ao arrebanhar famílias sem terra a partir do seu discurso, das suas posições ideológicas e dos seus contatos e relações políticas, personalizando a divergência. Alavi (1976), citado por Marques (2000, p. 73) afirmou que:

> "... facções rivais representam, em geral, grupos de configuração semelhante, cujos líderes lutam pelo controle sobre os recursos do poder e o status tal como se apresentam dentro da estrutura social existente e não pela mudança da estrutura".

Vejamos os casos que já foram expostos.

Enilson Simões de Moura foi a liderança responsável pela a formação do Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terras (BUQT). Quando se desligou deste movimento, Moura foi ser o principal articulador para a formação do Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra (MAST). Celso Cereja, ex-militante do MST e Clarício Oliveira foram as lideranças

[24] Coletti (1998, p. 80) define que o sindicalista pelego se comporta como subclasse do funcionalismo público, pois sem pertencer necessariamente aos quadros ministeriais, age em conformidade com os padrões mais convenientes ao Ministério do Trabalho.

responsáveis por aglutinar famílias sem terra para a formação do Movimento da Paz (MP). Devido a divergências entre estas duas lideranças Celso Cereja deixou o MP formando o Movimento Paz Sem Terra (MPST). Após um curto período de tempo estas duas lideranças voltaram a atuar no mesmo movimento, isto é, estas lideranças e as famílias dos respectivos movimentos passaram a se incorporar ao MAST.

Antonio da Silva, no caso da fragmentação do acampamento Brejo Alegre, após ser expulso do MST, ligou-se ao MAST liderando as famílias que se desligaram do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) no município de Brejo Alegre. No mesmo caso, José Mateus, também expulso do MST, tornou-se coordenador do MLST, para depois rachar com outras lideranças deste movimento, passando a organizar acampamentos no Estado de São Paulo como liderança do MAST.

Durante o trabalho de campo que realizei na região do Triângulo Mineiro (MG) encontrei várias lideranças que exemplificavam a personalização das divergências. Reencontrei Barroso, que também estava presente no caso do acampamento Brejo Alegre (SP). Ex-líder da Pastoral da Terra e organizador de acampamentos independentes no Triângulo Mineiro, ex-militante do MST, fundador do Movimento de Luta pela Terra (MLT), fundador e ex-coordenador nacional do MLST e agora coordenador do MLST de Luta que se transformou, no ano de 2002, em Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL).

Portanto, existem atuando nestes novos movimentos militantes com uma larga história de expulsões e rachas pelas instituições/organizações/movimentos[25] nas quais foram ligadas.

Nas entrevistas e nos contatos obtidos com lideranças provindas de outros movimentos ou instituições/organizações devido a rompimentos e rachas, a expressão **divergência interna ou divergência política**

[25] Uso a expressão instituições/organizações/movimentos para exemplificar a trajetória de parte das lideranças dos sem terras, que já foram ligados a organizações como a Comissão Pastoral da terra, a instituições no os Sindicatos Rurais e aos movimentos como, por exemplo, ao MST.

sempre é pronunciada por eles ao perguntarmos sobre as causas e os motivos do conflito ocorrido internamente. É uma expressão complexa que esconde uma seqüência de fatos encadeadores do conflito e múltiplas dimensões das relações políticas travadas pelo indivíduo (liderança) com todos os envolvidos. A fala de uma ex-liderança do MST é ilustrativa:

> "Eu fui da direção estadual e da coordenação nacional do MST, fiquei na coordenação nacional até 1994, aí depois fiquei na direção estadual. Aí por questões políticas dentro do MST a gente começou a criar algumas divergências com os companheiros. Aí em 97 eu parei de militá enquanto direção do MST e vim pra região de Campinas, e Araçatuba, Iaras **fazendo um trabalho enquanto militante**[26], aí em 98 eu voltei prá direção novamente, aí nóis vem prá Franca onde fizemo uma ocupação no horto florestal Boa Sorte e com 8 meses conquistamos o assentamento, tudo feito pelo MST. Depois de um tempo tivemos de novo divergências políticas que levou a gente sair de vez do MST".

Quando perguntei sobre as causas dessa divergência e o que de fato significava a expressão divergência política pronunciada por ele, respondeu:

> "É o raciocínio de pensamento né (...) eu fiquei praticamente 15 anos no MST, os problemas mesmo vieram do Pontal porque nóis discutimo associativismo, aí na seqüência nós começamo a discuti o cooperativismo, aí nois vimos que não estava dando respostas aos trabalhadores assentados, diante disso a gente começou a ter divergências políticas, a gente queria é organizá os trabalhadores num projeto de produção mais arrojado, onde os trabalhadores pudessem ganhar mais e os consumidores pagar menos ao mesmo tempo, aí começa umas divergências que no final de 98, início de 99, nóis em 12 companheiros saímos do MST na região de Franca, e um pessoal do Nordeste também que buscava uma forma mais arrojada, como eu te falei, de produção começaram a deixar o MST. Nisso já tinha sido constituído o MLST, aí a gente foi chamado prá fazê uma conversa e lê um pouco e sabê como que funcionava o MLST, e a gente, em várias reuniões, e vendo o perfil político, vendo os materiais, do MLST,

[26] A ex-liderança distingue a sua participação no MST enquanto liderança e enquanto militante.

a forma como nós queremos buscá formas alternativa para os assentamentos, foi onde nóis nos encaixamos."
"Quem entrou em contato com nós, lá de São Paulo na época, foi o Barroso né, que hoje é dissidente do MLST, e já chamava a gente pra fazê luta dentro de um projeto nacional e internacional do MLST..."

Em seguida, indaguei que o MST seria o movimento mais organizado entre os movimentos de luta pela terra e que possuía diversas propostas sobre novas formas de produzir no campo, mas mesmo assim ele insistiu na vaga expressão divergência política, sem pontuar o motivo do rompimento. Segundo informações de técnicos do setor de conflitos fundiários do ITESP e de ex-militantes do MST, esta liderança foi expulsa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra devido ao seu envolvimento na extração ilegal de madeira do horto florestal da cidade de Franca, onde sua família esta assentada. Também se envolveu num confronto físico com outro militante que culminou no seu esfaqueamento, o que contribuiu para o processo de expulsão do MST.

É importante estabelecer o significado do indivíduo e, muitas vezes de um indivíduo apenas, nestas micro-histórias da luta nacional pela reforma agrária e pela cidadania. Plekhanov, em seu livro "O Papel do Indivíduo na História" (2000), argumenta que:

> "... os indivíduos, graças a determinadas particularidades de seu caráter, podem influir nos destinos da sociedade. Por vezes a sua influência pode ser considerável, mas, tanto a própria possibilidade desta influência como suas proporções, são determinadas pela organização da sociedade, pela correlação das forças que nela atuam (...) **Pode-se objetar-nos que o grau da influência pessoal depende também do talento do indivíduo. Estamos de acordo. Mas o indivíduo não pode manifestar seu talento senão quando ocupa na sociedade a situação necessária para poder faze-lo". (p. 138)**

A liderança em geral é quem melhor pode fazer a mediação entre a teoria e a prática na organização do movimento social. Mas se essa teoria põe-se anterior à prática e reflete posições pessoais da liderança em detrimento da comunidade organizada a possibilidade de ocorrer disjunções

internas é muito grande. Pois, dessa forma, quase sempre a teoria não corresponde às práticas de parte das lideranças, personalizando, ao seu próprio gosto, a totalidade das relações e da situação histórica da comunidade organizada na luta pela terra. Quando o movimento está assim caracterizado o "espaço de socialização política" e o "espaço interativo" (Fernandes, 1996; 2000) que podem ser criados pelas pessoas envolvidas na luta pela terra inexistem. A interatividade e a socialização entre todos os sujeitos para o processo de organização do movimento se perdem com a imposição pela liderança de seus ideais[27], muitas vezes, externos à comunidade formada. Por isso as divergências tomam conta do ambiente de luta, causando os rachas.

UMA CONSIDERAÇÃO FINAL

A formação dos "espaços de socialização política", proposta teórica encaminhada por Fernandes (1996), pode "esconder" o papel das lideranças. Isto é, os espaços abertos para a propagação pedagógica e política dos movimentos[28] não vivem uma comunhão, na qual a socialização dos envolvidos é total. Neste espaço é estabelecido uma hierarquia, onde a liderança é a primeira a informar. Por outro lado, estes espaços formados garantem a união e o reconhecimento (identidade) pelos sujeitos envolvidos da sua condição social: de Sem Terra. Nestes espaços também são gerados novas lideranças.

Segundo Grzybowski (1994, p. 286)[29]:

> "Uma das dificuldades metodológicas maiores no estudo de movimentos sociais está ligada ao que lhes dá vitalidade: constituem-se concretamente em diferentes conjunturas e suas ações tem

[27] Candido Grzybowski nos alerta que "a tradição autoritária, no Brasil, é algo que impregna todos os poros da vida social". Grzybowski, C., in: A Questão Agrária Hoje, Org. João P. Stedile, Editora da Universidade, p. 295, 1994.

[28] O caso estudado por Fernandes (1996) restringe-se a formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

[29] Grzybowski, Candido, ob. cit., p. 286.

incidência direta na conjuntura. Um grande estudioso dos processos e condições históricas de constituição e de atuação dos sujeitos políticos coletivos – é deste modo que os movimentos são definidos aqui – insiste na necessidade de distinção entre **fatos ou elementos ocasionais** e o que ele define como **movimento orgânico**. Os diferentes sujeitos políticos coletivos são vistos num quadro de relações históricas que os unem, aliam e opõe, definindo graus e momentos de correlação de forças sociais. Assim, partindo da dialética de relações entre os diferentes sujeitos que intervem numa dada situação, orgânico é o processo capaz de provocar alterações na própria correlação de forças sociais. Por extensão, são orgânicos para um movimento social dado aqueles fatos e elementos que alteram a sua própria posição e capacidade de luta na relação com os outros (Gramsci, 1978). **Para não confundir o ocasional e o orgânico no estudo de movimentos, portanto, é necessário que a análise os situe constantemente no processo ou movimento do conjunto de que fazem parte, nas diferentes conjunturas".**

Penso que o movimento social caminha num constante (re)fazer, no qual os "fatos ou elementos ocasionais" estão presentes no processo de constituição de um "movimento orgânico". É isto que define a dialética dos movimentos sociais no campo atualmente. O ocasional com o orgânico convivendo ao mesmo tempo. O ocasional que pode causar disjunções nos e entre os movimentos, bem como a mudança nas ações estratégicas dos sujeitos envolvidos, com a organicidade definidora das ações e da identidade do movimento.

As dificuldades metodológicas para interpretar esse contexto, talvez se amenizem com a análise do papel das lideranças no bojo da espacialização da luta pela terra. Mas não é suficiente para caracterizar o caminhar contraditório dos movimentos sociais no campo e nem a totalidade das relações e dos conflitos do cotidiano da luta. Cabe aos pesquisadores continuar **observando,** cada vez mais próximos, os caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo para desvendar os problemas surgidos na parte moderna da sociedade brasileira: representada pelos Sem Terra.

BIBLIOGRAFIA

COLETTI, CLAUDINEI – A Estrutura Sindical no Campo: A propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

FERNANDES, BERNARDO MANÇANO. – MST : movimento dos trabalhadores rurais sem terra, formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____ Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – 1979-1999. São Paulo: Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

_____ Movimento Social como Categoria Geográfica. In: Terra Livre, nº 15. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2000, p. 59-86.

FELICIANO, CARLOS ALBERTO - A Geografia dos Assentamentos Rurais no Brasil: O MST e MAST no Pontal do Paranapanema/SP. São Paulo: Trabalho de Graduação Individual. Dep. de Geografia, FFLCH. USP, 1999.

GRZYBOWSKI, CÂNDIDO – Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis: Fase/Vozes, 1987.

ITESP – Mediação no Campo: estratégias de ação em situações de conflito fundiário. São Paulo: Série cadernos Itesp/Secretaria da justiça e da defesa da cidadania. nº 6, 1998.

JUSTO, MARCELO GOMES – Capim na Fresta do Asfalto: Conflito pela Terra em Conde, Zona da Mata Paraibana. São Paulo: Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.

LIMA, EDVALDO CARLOS – As Diferentes Frentes de Luta pela Terra e a Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente: Relatório Final do Estágio em Graduação em Geografia. Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, 2000.

MARQUES, MARTA I. MEDEIROS – De Sem Terra a "Posseiro", A Luta

pela Terra e a Construção do Território Camponês no Espaço da Reforma Agrária: O Caso dos Assentados nas Fazendas Retiro e Velha – GO. São Paulo: Dissertação de Mestrado. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.

MARTINS, JOSÉ DE SOUZA – Reforma Agrária: O Impossível Dialogo. São Paulo: Edusp, 2000.

MIRANDA, MARIA ELENA – Análise de uma situação de conflito entre os assentados e o MST. São Paulo: Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998.

MITIDIERO, MARCO ANTONIO Jr. – O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e as Contradições da Luta pela Terra no Brasil: São Paulo. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

_____ – O Estopim dos Movimentos Sociais no Campo. São Paulo: Trabalho de Graduação Individual. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

MOREIRA, E., TARGINO, I. e IENO, G, – Organização Interna dos Assentamentos Rurais na Paraíba: Caminhos e Armadilhas das Formas Associativas. In: Série Estudos, nº 3, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2000, p. 27-39.

OLIVEIRA, ARIOVALDO UMBELINO – Geografia das lutas no campo. São Paulo: Contexto, 1988.

PLEKANOV, GUIORGUI V. – O Papel do Indivíduo na História. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

RESENDE, LUZIA M. S. – Os Trabalhadores em Luta pela Terra no Triângulo Mineiro: 1989/1996. São Paulo: Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

RIBEIRO, ANA C. TORRES – Movimentos Sociais: Caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90. In: Ciências Sociais

Hoje – Anuário de Antropologia, Política e Sociologia – São Paulo: Edições Vértice e Anpocs, 1991, p. 95-121.

SIMONETTI, MIRIAM C. LOURENÇÃO – A Longa Caminhada: A (Re) Construção do Território Camponês em Promissão. São Paulo: Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

TÔRRES, FELIPE BAZO – Movimentos Sociais e Publicidade. São Paulo: Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.